Entrevista

com Luís Antonio Paulino

Enquanto prosseguem as negociações em torno da criação da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – prevista para ser implementada a partir de 1º de janeiro de 2006, discutem-se, em diferentes esferas, as repercussões sobre a economia brasileira. A ALCA propõe uma ampla integração econômica com base nos princípios do livre comércio, envolvendo 34 países americanos, com exceção de Cuba, em temas como a comercialização de bens, serviços, investimentos, compras governamentais, subsídios e propriedade intelectual.

Augusto Guzzo Revista Acadêmica lança sua contribuição ao debate ouvindo Luís Antonio Paulino, doutor em Ciências Econômicas, professor de macroeconomia do curso de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas “Campos Salles” e pesquisador da Fundação SEADE.

A.G.R.A. - Um dos problemas que mais preocupam as autoridades brasileiras é a fragilidade evidenciada pelo fraco desempenho do setor externo de nossa economia. Chegou-se mesmo a bradar “exportar ou morrer”. Como o Brasil pode superar as vulnerabilidades externas numa conjuntura de recessão internacional?

Paulino - Realmente, a conjuntura internacional não é favorável ao aumento das exportações. A economia mundial está crescendo muito lentamente e alguns países importantes para nossas exportações, como a Argentina, estão com taxas negativas de crescimento. A melhora recente no desempenho de nossa balança comercial deve-se fundamentalmente à desvalorização da taxa de câmbio, que torna nossos produtos mais baratos no exterior e inibe as importações. No curto prazo, a solução é manter uma taxa de câmbio que favoreça as exportações, facilitar o acesso dos exportadores às diversas modalidades de crédito e desonerar as exportações de impostos. No médio e no longo prazo, é preciso migrar

nossas exportações para produtos mais dinâmicos no mercado internacional, ou seja, produtos cujo potencial de venda seja maior, e estimular os empresários brasileiros, principalmente as pequenas e médias empresas, a exportar regularmente. É preciso, ainda, melhorar a infra-estrutura de transporte e realizar uma reforma tributária que desonere a produção para baixar o custo dos nossos produtos, tornando-os mais competitivos no exterior. Finalmente, é preciso atuar na frente externa visando derrubar as barreiras protecionistas existentes nos países desenvolvidos aos nossos principais produtos de exportação e promover a imagem dos produtos brasileiros no exterior.

A.G.R.A. - A ALCA poderia ajudar a economia brasileira a melhorar sua posição internacional?

Paulino - Qualquer acordo que venha a facilitar o acesso dos produtos brasileiros aos mercados externos, principalmente dos países desenvolvidos, como EUA e a União Européia, poderá ajudar a melhorar a nossa balança comercial e, portanto, a diminuir nossas necessidades de financiamento externo para fechar o balanço de pagamentos. Não creio, entretanto, que a ALCA, nos moldes em que está sendo atualmente proposta pelos EUA, possa vir a cumprir esse papel, uma vez que, aparentemente, a intenção dos norte-americanos é aumentar a participação de suas empresas em nosso mercado, sem eliminar as restrições existentes aos nossos produtos no mercado deles. Nessas condições, a ALCA só iria piorar nossa posição internacional.

A.G.R.A. - Poderia haver comprometimento à posição brasileira de "Global Trader"?

Paulino - A adesão a um acordo de livre comércio não impede – e nem poderia impedir – que o Brasil continue a comerciar com terceiros

países de fora do acordo. O Brasil faz parte do Mercosul e os seus maiores parceiros comerciais são a União Européia e os Estados Unidos. O grande problema que eu vejo, no entanto, é que 70% de nossas exportações de manufaturas têm como destino países que viriam a fazer parte da ALCA. Como na maior parte dos setores industriais as empresas dos Estados Unidos são mais competitivas que as nossas, seja pelo acesso à tecnologia superior, seja pelo acesso a capital mais barato, o grande risco é perdermos nosso mercado externo de produtos manufaturados nesses países, principalmente da América do Sul, para as empresas norte-americanas.

A.G.R.A. - Levando-se em consideração a dimensão da economia dos Estados Unidos, caso a ALCA seja concretizada, poderíamos supor que o Mercosul seria inviabilizado?

Paulino - Em princípio não, pois são coisas diferentes. O Mercosul é, ou pretende ser, uma união aduaneira com vistas a se transformar num mercado comum. A ALCA é única e tão somente uma área de livre comércio. O Mercosul, portanto, por ser algo mais profundo do que a ALCA, em princípio, não precisaria deixar de existir, caso a ALCA viesse a se concretizar. Na prática, entretanto, eu creio que, devido ao peso econômico dos EUA, a eventual criação da ALCA levaria a um realinhamento imediato das relações comerciais e econômicas do continente, com os EUA ocupando o centro e os demais países ligados diretamente a eles, como os raios de uma roda de bicicleta ficam presos ao cubo. Nessa nova situação, o Mercosul, mesmo que continuasse a existir formalmente, perderia ainda mais importância.

A.G.R.A. - Em recente palestra proferida nas Faculdades Integradas "Campos Salles", o senhor afirmou que as autoridades brasileiras não estão passivas na busca de melhor condição para o comércio exterior brasileiro. Quais outros acordos comerciais o Brasil está negociando?

Paulino - Além das negociações da ALCA, há uma série de outros acordos comerciais em ne-

gociação de grande importância para o Brasil e o Mercosul. Destacaria os seguintes: Mercosul/União Européia; Mercosul/Comunidade Andina; Mercosul/Índia; Mercosul/Chile; Mercosul/Bolívia; Mercosul/África do Sul; Brasil/China; Brasil/México; Brasil/Trinidad e Tobago e Brasil/Guiana.

A.G.R.A. - Voltando a ALCA. Caso seja implementada, o livre fluxo de mercadorias, serviços e capital provocaria uma nova divisão internacional do trabalho?

Paulino - Sem a menor dúvida. Tão logo a ALCA venha a se estabelecer, caso isso algum dia ocorra, haverá imediatamente uma redivisão do trabalho de acordo com as vantagens comparativas de cada país. Se levarmos em conta que os principais fatores produtivos são: mão-de-obra especializada, mão-de-obra não especializada, tecnologia, capital e recursos naturais, a partir do momento em que as barreiras que protegem as indústrias menos competitivas forem derrubadas, cada país tenderá a se especializar naqueles segmentos em que possui uma dotação de fatores mais abundante. Assim, na situação atual, a tendência seria o Brasil e os demais países da América Latina se especializarem em setores intensivos em mão-de-obra não especializada e recursos naturais e os Estados Unidos e Canadá nos setores intensivos em capital, tecnologia e mão-de-obra especializada. Mesmo que os Estados Unidos eliminassem todas as suas barreiras protecionistas aos nossos produtos, essa redivisão internacional do trabalho atuaria em prejuízo do Brasil, pois estaríamos nos especializando em mercados menos dinâmicos e, portanto, com menor potencial de crescimento e geração de renda. Além disso, ao nos especializarmos na produção de mercadorias de menor valor agregado, as chamadas commodities, estaríamos concorrendo no mercado mundial basicamente em preços. Quem concorre em preços, concorre em custos e, quem concorre em custos, concorre em salários. Moral da história: para mantermos nossa posição competitiva no mercado mundial precisaríamos pagar salários cada vez mais baixos.

A.G.R.A. - Recentemente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, realizou um plebiscito acerca da ALCA. De aproximadamente dez milhões de pessoas que participaram da consulta, 97% rejeitaram a negociação do acordo. Por conta disto, haveria alguma possibilidade de o Brasil abandonar unilateralmente a mesa de negociações?

Paulino - Não creio. Muito embora a proposta da criação da ALCA não tenha partido do Brasil e de nenhum país latino-americano, mas sim dos Estados Unidos, que vislumbraram grandes vantagens econômicas e políticas no acordo, um eventual abandono das negociações por parte do Brasil, ainda mais agora que assumirá a presidência conjunta dos trabalhos com os EUA, teria um custo político muito grande, mesmo porque há diversos países da América do Sul, como Chile, Peru e Equador que são francamente favoráveis ao acordo. Penso que o papel do Brasil é liderar a América do Sul, para negociarmos em posição de força e eventualmente até rejeitar o acordo, mas em bloco, nunca isoladamente.

A.G.R.A. - Haveria espaço para o Brasil liderar este movimento de rejeição, face à nossa dependência dos Estados Unidos, via FMI?

Paulino - É evidente que os Estados Unidos estão usando a dependência do Brasil em relação ao FMI para nos forçar a aceitar a ALCA. Aliás, uma das razões que tem levado o governo brasileiro a agir com cautela e não rejeitar de forma mais veemente as propostas dos EUA para a ALCA é exatamente essa dependência do país em relação ao FMI, que como todos sabem é comandado pelos EUA, seu principal acionista. Se o Brasil vier a aceitar a ALCA – estou convencido – será mais por pressão dos Estados Unidos, via FMI, do que por qualquer outra via de pressão ou negociação. Aliás, não é novidade para ninguém que acompanha a economia internacional que o FMI tem feito mais pela liberalização comercial dos

países em desenvolvimento do que todas as rodadas de negociações comerciais juntas e todos os tratados em favor do livre comércio.

A.G.R.A. - Uma vez que a Área de Livre Comércio das Américas englobará acordos no setor de serviços, quais as implicações para a política educacional brasileira?

Paulino - Se o acordo de serviços vier a ser concretizado na linha em que o grupo de negociação que trata desse assunto está propondo, haverá plena liberdade para qualquer prestador de serviços educacionais fornecer seus serviços se instalando no Brasil ou a partir de seu país de origem. Vejo com preocupação essa questão, pois educação não é uma mercadoria qualquer como um carro, um computador ou um par de tênis. Quando se fala em educação, estamos falando de homens e mulheres, na sua formação como cidadãos, nos seus valores, na sua consciência e isso passa, necessariamente, pela identidade nacional. Permitir que nossos jovens venham no futuro a ser formados por prestadores de serviços educacionais sem nenhum compromisso com nossos valores éticos e culturais é decretar a morte da própria nação brasileira.

A.G.R.A. - Para finalizar, o que os brasileiros podem esperar de seu próximo presidente no âmbito do setor externo da economia?

Paulino - O próximo presidente do Brasil deverá ter como um dos pontos principais de sua política de governo o estímulo às exportações. Dada a enorme fragilidade externa da economia brasileira, consubstanciada na crescente necessidade de empréstimos externos e fluxos de investimento direto estrangeiro, para fechar nossas contas externas, a única forma de romper esse círculo vicioso é aumentar significativamente as exportações do país de modo a gerar um fluxo de divisas que nos permite honrar nossos compromissos externos, sem ter que aumentar ainda mais nosso passivo com o exterior.